

# Terras com maconha serão confiscadas

BRASÍLIA — A partir da promulgação da nova Constituição, todas as terras onde forem encontradas plantações de maconha ou de outros produtos psicotrópicos ilegais serão confiscadas e os proprietários não terão direito a qualquer indenização. Ontem, os constituintes aprovaram emenda do Deputado Valmir Campello (PFL-DF), incluída no texto das Disposições Transitórias, determinando que as terras confiscadas sejam destinadas ao plantio de produtos alimentícios e medicamentosos.

Além de não receber indenização pelas terras, usadas para aquele fim, os proprietários ficarão sujeitos a outras sanções previstas em lei e perderão todos os bens adquiridos com rendimentos provenientes do tráfico de drogas. Estes bens reverterão em benefício de instituições especializadas na recuperação e no tratamento de viciados.



Plenário se mobiliza para votar emenda que pune plantador de maconha

## Plenário cria comissão do Centenário da República

BRASÍLIA — A Constituinte incluiu ontem nas Disposições Transitórias uma comissão que organizará as comemorações dos cem anos de República no País, que serão completados em 15 de novembro do próximo ano, data da eleição presidencial. Aprovou também emenda que obriga as gráficas estaduais da União, dos Estados e dos Municípios a editarem a futura Constituição e distribuí-la gratuitamente a escolas, igrejas, sindicatos, quartéis, cartórios e outras instituições.

Estas foram as únicas emendas aprovadas nas duas horas e meia finais da sessão de ontem. Quatro votadas foram rejeitadas pelo plenário.

O destaque para votação da emenda que criou a comissão do centenário republicano foi apresentado pelo Presidente do PFL, Senador Marco Maciel (PE). Seu autor era o Deputado Ezio Ferreira (PFL-AM) e todos os partidos a apoiaram: 312 votos contra 24 e dez abstenções.

A comissão terá nove membros: três do Poder Legislativo e número igual dos Poderes Executivo e Judiciário. Ela organizará as comemorações do centenário da Proclamação da República e da promulgação da primeira Constituição republicana do País.

O Deputado Solon Borges dos Reis (PTB-SP) foi o autor da emenda das

gráficas, também apoiada por todos os partidos e aprovada pelo mesmo número de votos da emenda da comissão.

O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse que ontem a Assembleia teve "rendimento promissor". Ele encerrou a sessão às 20h15m para que as lideranças concluíssem negociações para as votações polêmicas de hoje: a anistia dos débitos de pequenos e micros empresários e produtores rurais, durante o Plano Cruzado; o plebiscito sobre a desfiliação no Estado do Rio; as estabelecidas de servidores públicos; ou a autorização para funcionamento de cassinos.

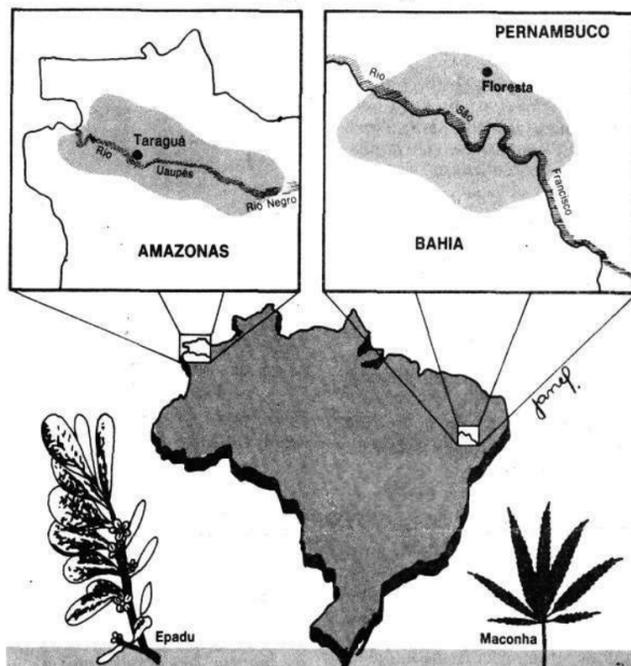
## Pernambuco: líder mundial na produção

O Estado de Pernambuco é o maior produtor de maconha do mundo. O título foi conferido pela Drug Enforcement Administration (DEA), um órgão norte-americano de combate aos entorpecentes, que participou como observador da maior operação de erradicação da droga já realizada pela Polícia Federal no Estado, em agosto do ano passado.

Nos vales do Rio São Francisco e do Pajeú, na fronteira de Pernambuco com a Bahia, já foram destruídas 376 plantações de maconha — o equivalente a 150 milhões de pés. O município de Floresta é o recordista, pois teve 250 plantações destruídas daquele total, e com um agravante: a maconha fora semeada com o financiamento de bancos oficiais, que liberaram o dinheiro para outras culturas.

Floresta também foi palco do escândalo da mandioca, no final da década de setenta. Alguns produtores locais usaram financiamentos do Banco do Brasil para plantar maconha e, no desenrolar das investigações, foi assassinado o Procurador Pedro Jorge.

Ainda no ano passado, a Polícia Federal destruiu no Amazonas 150 plantações — ou cinco milhões e 330 mil pés — de epadu, uma droga semelhante à cocaína. Foi a Operação Marubu, que em julho concentrou, durante mais de quinze dias, cerca de 50 homens da Polícia Federal, do Exército e da Aeronáutica numa região inóspita e de difícil acesso, às margens dos rios Papuri e Walapés, na área denomi-



Amazonas e Pernambuco: a Polícia já destruiu 776 plantações

nada Cabeça do Cachorro. Foram destruídos vários laboratórios que refinavam o epadu.

Durante a Operação Marubu, a Polícia Federal obteve indícios da participação de guerrilheiros do M-19, da Colômbia, no plantio da co-

ca, reforçando a tese da ligação entre o grupo terrorista e o tráfico clandestino de drogas. Segundo a tese da Polícia Federal, os guerrilheiros dariam proteção aos traficantes, em troca de recursos para a compra de armas.

# Anistia vai a plenário sem acordo

BRASÍLIA — A anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais deverá ser votada na sessão de hoje da Constituinte. Até o início da noite de ontem, as lideranças partidárias não tinham chegado a um acordo, mas confiavam em que chegariam a um texto de consenso.

O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), afirmou que pode aceitar a anistia aos microempresários e pequenos produtores rurais. No entanto, para os pequenos empresários e médios produtores rurais, o máximo que ele aceita discutir é a redução da correção monetária em 50 por cento. Disse que, com o assessoramento de técnicos da Fazenda, acompanhará as negociações.

Em sua opinião, os Constituintes já começaram a demonstrar preocupação com o comprometimento das verbas do Tesouro Nacional.

Tanto é assim que a proposta inicial envolvia recursos da ordem de CZ\$ 1 trilhão. Agora já existem



Sant'Anna acompanha negociações

propostas que chegam a CZ\$ 200 bilhões — comentou Sant'Anna.

Por sua vez, o Deputado Humberto Souto (PFL-MG), ao lado do Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e do

Deputado Ziza Valadares (PSDB-MG), não queria discutir apenas a questão da distinção entre micro e pequenos empresários. Ele quer debater a totalidade do mérito de sua proposta. Ziza Valadares aceita a diferenciação, mas não abre mão do prazo que a sua emenda sugeria — a anistia da correção monetária deveria incidir sobre os contratos firmados entre 28 de fevereiro de 1986 e 31 de dezembro de 1987.

Entre as propostas a serem discutidas está uma do Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), Líder do Governo no Senado, prevendo o pagamento do principal e dos juros da dívida dos microempresários e dos pequenos produtores rurais, congelando o valor da correção monetária nos valores atuais. O pagamento seria feito no prazo de seis meses a um ano. Pelos cálculos do Senador, considerando uma inflação de 400 por cento ao ano, e exemplificando com uma dívida de CZ\$ 1 milhão, o devedor pagaria CZ\$ 100 mil de amortização do principal, mais CZ\$

80 mil de juros. Seriam congelados CZ\$ 820 mil (CZ\$ 1 milhão - CZ\$ 180 mil - CZ\$ 820 mil) para serem pagos no prazo de 12 meses.

Enquanto isso, com apoio do Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), o Deputado Gilson de Barros apresentava uma emenda estabelecendo novos prazos para a concessão da anistia, atendendo aos contratos firmados de 28 de fevereiro a 31 de dezembro de 1986 — reduzindo em um ano o período compreendido na proposta original. Além disso, prevê que a anistia só será dada aos que pagarem suas dívidas até 90 dias contados a partir da data da promulgação do privilégio. A emenda determina ainda que o Tesouro Nacional não poderá arcar com o ônus decorrente da anistia, quando as operações tiverem sido realizadas por instituições financeiras com recursos próprios.

Afif Domingos afirmou que esta proposta tinha o apoio do Ministério da Fazenda e dos próprios bancos privados.

## Governo acredita na mudança do texto

BRASÍLIA — O Governo conta com certa aprovação de pelo menos duas propostas apresentadas pelas suas lideranças às emendas de anistia da correção monetária a pequenos e médios empresários urbanos e agrícolas: a limitação em 50 milhões de OTNs (CZ\$ 66,8 bilhões) do benefício e a redução de 180 para 90 dias do prazo limite para a quitação dos débitos.

Com a aprovação do limite de 50 milhões de OTNs, a anistia para cada empresário seria calculada através do rateio do dinheiro. O Governo quer ainda que pequenos agricultores tenham preferência sobre os médios e microempresários sobre os pequenos.

Segundo uma fonte do Ministério da Fazenda, caso a proposta seja votada em sua forma original, a única alternativa será cortar despesas, até mesmo de pessoal. Ontem, por exem-

plo, o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mandou retirar da pauta do Conselho Monetário Nacional (CMN) até que haja uma definição da Constituinte, os votos ligados à área rural, com exceção do plano da safra da lavoura cafeeira.

A intenção é cortar na mesma proporção as linhas de crédito que seriam oferecidas à área agrícola, até o limite do prejuízo. A justificativa é de que a União é quem terá que bancar a maior parte da anistia, uma vez que 80 por cento dos créditos agrícolas são do Banco do Brasil.

Ficarão suspensos a definição dos Valores Básicos de Custeio (VBCS) e o crédito de custeio para a safra 88/89, as previsões de recursos para o pró-agro e as modificações no Manual de Crédito Rural — o chamado MCR 18 — que o Banco Central distribui às instituições financeiras que operam com o crédito rural.

# Criação do Estado do Triângulo é rejeitada por 252 votos a 122

BRASÍLIA — A Constituinte rejeitou ontem a criação do Estado do Triângulo, por 122 votos favoráveis, 252 contrários e 46 abstenções. A manutenção da unidade de Minas Gerais foi defendida pelo Senador Afonso Arinos (PSDB-RJ), em discurso emocionado, como indispensável ao equilíbrio político da federação.

Foi igualmente rejeitada a emenda que anexava a Sergipe parte da Bahia, e criada a Comissão de Estudos Territoriais, que terá um ano para submeter ao Congresso proposta global de redivisão do território nacional.

Último orador a se pronunciar sobre a emenda, Arinos explorou o fato de que a criação do Estado do Triângulo fora defendida por parlamentares de outros Estados — o Deputado Victor Facioni (PDS-RS), que ressaltou a demonstração de espírito democrático contida na realização de plebiscito para que o povo mineiro decidisse o as-

sunto; e o Senador Wilson Barbosa Martins (PMDB-MS), que lembrou, como exemplo positivo, a divisão de Mato Grosso.

Mineiro de nascimento, embora sua carreira política tenha sido feita no Rio de Janeiro, Arinos fez um histórico das diversas tentativas separatistas que, no último século, foram feitas em Minas. Concluiu que todas malograram porque prevaleceu o reconhecimento do papel que o Estado tem desempenhado, de "fiel da balança no Brasil, responsável pela manutenção do equilíbrio entre os interesses políticos do Norte e do Sul".

A criação da Comissão de Estudos Territoriais foi aprovada através de acordo, e obteve 307 votos a favor, apenas 49 contra e 18 abstenções. Com dez membros indicados pelo Congresso e cinco pelo Governo, a Comissão começará a funcionar dentro de 90 dias da promulgação da Constituição e terá prazo de funcionamento de um ano. A Comis-

são tem poderes para propor qualquer redivisão no território nacional, e mais especificamente na Amazônia legal e "áreas pendentes de solução". O Congresso tem prazo de um ano para pronunciar-se sobre o resultado de seus trabalhos.

Outra proposta de redivisão territorial rejeitada ontem foi a do Deputado Francisco Rollemberg (PFL-SE), que anexava ao Estado de Sergipe os municípios de Jandaíra, Itapicuru e Rio Real, hoje pertencentes à Bahia.

O parecer de Cabral foi pela rejeição e integrantes da bancada baiana fizeram questão de encaminhar contra em nome de seus partidos: Abigail Feitosa (PSB), Fernando Santana (PCB), e Haroldo Lima (PC do B). Também ficaram contra a aprovação os Líderes do PDT, PTB, PT e PMDB.

Os textos aprovados pela Constituinte estão no Caderno de Classificados

## Pressão garante derrota da emenda

BRASÍLIA — A forte pressão do Governo do Estado, que desembarcou em peso na Constituinte, garantiu ontem a derrota da emenda que dividia Minas Gerais, criando o Estado do Triângulo. Além do Governador Newton Cardoso e de sua Vice, Júnia Marise, a votação foi acompanhada por nove Secretários de Estado, 20 Deputados estaduais e mais de 30 Prefeitos. O movimento pela unidade conseguiu algo inédito: a reunião da Oposição (PSBD e PFL) ao PMDB de Newton Cardoso.

Antes mesmo da votação, o Presidente da Associação Comercial de Minas, Lúcio Souza Assumpção, exibiu o "Manifesto à mineiridade", em comemoração à derrota da emenda separatista. Assumpção coordenou as entidades civis contra a criação do Estado do Triângulo, conseguindo reunir as Federações do Comércio, da Agricultura e da

Indústria, sindicatos patronais e de trabalhadores, intelectuais e artistas, em um documento publicado no último fim de semana e exposto em um enorme painel montado no corredor que dá acesso ao plenário.

Quando o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães anunciou a votação da matéria, o plenário já tinha sido invadido pelos representantes do Governo de Minas. Sentados no fundo do plenário estavam a Vice-Governadora, Júnia Marise, e o Prefeito de Belo Horizonte, Sérgio Ferrara, cercados por Deputados estaduais e Secretários de Estado. Os Constituintes de Minas se concentraram em frente da tribuna. O Governador Newton Cardoso, que antes do início da sessão visitara Ulysses e o Líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, acompanhou a votação na sede da representação de Minas em Brasília.